

BRASIL E CUBA NO CONTEXTO DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS E COMERCIAIS DE 2003 A 2013

Ana Carolina dos Anjos Santos¹

RESUMO

Com o início do governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, no ano de 2003, foram intensificados os esforços diplomáticos brasileiros e suas iniciativas na direção de uma maior cooperação com outros países em desenvolvimento, em especial com aqueles da América Latina, incluindo Cuba. Neste contexto, o objetivo deste trabalho é desenvolver, a partir de um levantamento empírico da evolução da relação entre Brasil e Cuba no período entre 2003 e 2013 em seus aspectos econômicos (incluindo questões comerciais, tecnológicas e financeiras), diplomáticos e políticos, uma análise que busque considerar a contribuição desta relação para a Integração Latino-Americana. Para isto, foi utilizado como referencial teórico, elementos do campo da Economia Política Internacional relativos ao tema das “ações coletivas”. Pretende-se, assim, contribuir para os debates mais amplos acerca da inserção internacional brasileira em anos recentes, e, mais geralmente, de alguns aspectos do funcionamento do sistema internacional moderno, como a Integração latino-americana.

PALAVRAS-CHAVE: Integração Latino-Americana; ações coletivas; cooperação; Cuba

ABSTRACT

With the beginning of the government of former President Luiz Inacio Lula da Silva, in 2003, Brazilian diplomatic efforts were intensified as their initiatives toward greater cooperation with other developing countries, especially those in Latin America, including Cuba. In this context, the aim of this work is to develop, from an empirical survey of the evolution of the relationship between Brazil and Cuba between 2003 and 2013 in its economic (including commercial, technological and financial issues), diplomatic and political aspects, an analysis that seeks to consider the contribution of this relationship to the Latin American Integration. For this, it was used as theoretical framework elements of the field of International Political Economy on the subject of "collective actions". The works intends thus to contribute to the broader discussions about the Brazilian international insertion in recent years and, more generally, about some aspects of the functioning of the modern international system, as the Latin American Integration.

KEY WORDS: Latin American Integration; collective actions; cooperation; Cuba

¹ Bacharel em Ciências Econômicas pelo IM/UFRRJ;

1. INTRODUÇÃO

Muito tem se comentado sobre os esforços brasileiros em direção a uma maior aproximação de outros países por vias diplomáticas, buscando intensificar suas relações externas. Esses esforços em busca de uma aproximação se concentram, em especial, com países em desenvolvimento, ou intermediários, principalmente com aqueles da América Latina, com os quais possui “similaridades” geográficas (ou geopolíticas), sociais e históricas; a chamada Integração Latino-americana.

Através desta integração estes países têm a possibilidade não só de fortalecer o intercâmbio comercial entre os membros da região (como pela complementação econômica a baixos custos logísticos devido à pequena distância), o que se dá, por exemplo, através de preferências e/ou isenções tarifárias, acordos de comércio, dentre outras medidas de cooperação que estes países acordam adotar, que podem, em alguns casos, propiciar seu fortalecimento (político) no cenário internacional. Este fortalecimento seria benéfico em casos de “guerra de forças” com países que estão em níveis mais elevados na hierarquia do poder e riqueza do sistema internacional, como quando da tentativa de influenciar as decisões em seu favor nas negociações das organizações internacionais, como a OMC (Organização Mundial de Comércio), objetivando a ampliação de seu poder de barganha em negociações, e na busca da resolução de problemas que possuem em comum devido às suas semelhanças.

Desta forma, são de suma importância os esforços diplomáticos entre estes países para aumentar os laços entre os membros da região, mantendo sua unidade e concomitantemente, obtendo (mais) benefícios com os aliados, tanto internamente quanto fora da região, dado que além das relações internas, a cooperação entre estes países pode, por vezes, influenciar também com relação às questões políticas entre estes atores e países de outras regiões.

Neste contexto, nota-se que a postura brasileira se alterou a partir do ingresso no poder, em 2003, do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (ver, a respeito, BATISTA JR., 2005). A partir de então passam a ser intensificados os esforços em favor de uma integração latino-americana mais ativa e de uma maior inserção do Brasil no cenário internacional na tentativa de se tornar um ator de maior peso político.

Além das discussões sobre a inserção do Brasil no cenário internacional, foi alvo também de debates acalorados a relação diplomática e de cooperação do Brasil com Cuba. Debates estes,

que se deram devido à problemática em torno do modelo político e econômico daquele país, em conjunto com o perfil ideológico do partido político no poder durante o período abordado por este trabalho (2003 a 2013) e suas fortes e recorrentes medidas de cooperação com o país caribenho. A cooperação com aquele país gerou uma maior comoção na população brasileira após a vinda de médicos cubanos pelo programa “Mais Médicos” e o financiamento do Porto de Mariel em Cuba.

Sendo assim, o presente artigo objetiva apresentar, sumariamente, uma descrição das relações comerciais, diplomáticas, financeiras e políticas entre Brasil e Cuba no período entre 2003 e 2013; e a partir desta descrição, contribuir para a análise de sua importância no contexto da integração latino-americana.

Para tal exercício, a seção 2 procura expor, brevemente, as posturas brasileira e cubana no contexto da integração latino-americana, exibindo elementos históricos (econômicos e políticos) que culminaram na atual conjuntura cubana, procurando expor, ainda, o comportamento brasileiro com relação àquele país naquele período, bem como traços da “influência” desta relação na integração entre os países daquela região.

Na seção 3 é apresentada uma descrição das relações diplomáticas, técnicas e financeiras entre os dois países, na qual são citadas as principais características dos Atos firmados entre as duas nações, bem como um panorama das trocas técnicas (intercâmbio de profissionais, técnicas e tecnologias); e financeiras (como a concessão de financiamentos e linhas de crédito) no período em questão, entre 2003 e 2013.

Na quarta seção é feita uma apresentação do intercâmbio comercial entre Brasil e Cuba, e uma breve análise das importações e exportações naquelas relações.

E, finalmente, após a apreciação dos elementos financeiros, comerciais e diplomáticos da cooperação entre Brasil e Cuba, são comentadas algumas conclusões acerca do vínculo entre estes países, do resultado desta aproximação, e sua relação com a integração latino-americana.

Pretende-se, com isso, como dito, não apenas observar o grau de integração entre estes dois países como contribuir para a compreensão do fenômeno mais geral da integração latino-americana.

2. BRASIL E CUBA NO CONTEXTO DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

A queda do bloco socialista liderado pela URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), em 1990, fonte de “proteção” política e econômica cubana, fez, como se sabe, com que o país se enfraquecesse por perder seu maior aliado, o que ocorreu de forma concomitante com uma maior consolidação da chamada hegemonia norte-americana. Com a perda de seu principal parceiro político e econômico², Cuba foi forçada a reorientar sua economia em busca de reintegração no mercado internacional³.

Antes daquele momento, sua economia baseava-se especialmente na exportação de produtos primários a “bons” preços, e na importação de produtos industrializados a valores mais baixos, sendo o setor açucareiro seu principal setor. Com a nova conjuntura, Cuba passou a sofrer uma deterioração dos termos de troca, e teve de tomar medidas alternativas, dentre elas, novas formas de financiamento, abertura de seu mercado para a iniciativa privada e a permissão de que empresas estrangeiras atuassem no país.

Com relação à agricultura, considera-se que as reformas não foram bem-sucedidas, o que ameaçou a segurança alimentar do país, forçando-o a recorrer a outros países em busca de alimentos, que passaram a chegar através de importações ou de doações⁴.

Com a nova organização mundial, Cuba teve de conseguir outros aliados para evitar seu isolamento, fortalecendo seu relacionamento com novos parceiros na área de comércio e investimentos. Seu principal parceiro comercial (em termos de exportações e importações) e financeiro nas últimas décadas foi a Venezuela, tendo como outros aliados, especialmente, os Países Baixos, Canadá e China, países para os quais realiza um importante volume de exportações; e China, Espanha, Alemanha e EUA (Estados Unidos da América), como centros de suas importações.

² Segundo o sítio oficial do Governo de Cuba, em 1989, por exemplo, 85% das relações comerciais cubanas eram com a URSS e outros “países socialistas”, nas quais os preços eram favoráveis a Cuba e a tecnologia era garantida, bem como a obtenção de crédito com prazos satisfatórios; informações de http://www.cubagob.cu/otras_info/historia.htm; último acesso em setembro/2014;

³ A análise que se segue baseia-se especialmente em SANTORO (2010) e BEZERRA (2010) além das demais referências citadas;

⁴ Segundo ONUBR (2012), Cuba recebeu, inclusive, uma doação de 25 mil toneladas de arroz brasileiro em 2012;

De 1990 a 2005, Cuba viveu o chamado “Período Especial em Tempos de Paz”⁵, quando sua economia mais sofreu desde a Revolução. Sua situação tornou-se ainda pior quando os EUA promulgaram duas leis que dificultariam ainda mais o intercâmbio comercial e diplomático (e político) da Ilha por criarem um sério entrave para a obtenção de empréstimos, créditos e para as transações comerciais cubanas: a Lei *Torricelli*⁶, de 1992, e a Lei *Helms-Burton*⁷, de 1996.

Devido à nova realidade imposta pelo embargo norte-americano, o país viu-se na necessidade de se aproximar de nações latino-americanas, buscando ajuda em sua própria região geográfica ou geopolítica. Um traço desta aproximação é a inserção do país em blocos e alianças formadas por países da América Latina, sendo os principais: ALADI (Associação Latino-americana de Integração); Grupo do Rio, do qual Cuba se tornou membro em 2008; SGPC (Sistema Global De Preferências Comerciais); CALC (Cúpula da América Latina e do Caribe), na qual os membros expuseram opinião contrária ao bloqueio econômico imposto a Cuba, sinalizando apoio àquele país; Cúpula Ibero-Americana; ALC-EU – Cúpula América Latina, Caribe e União Européia; e a CELAC (Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos), que teve Havana, capital de Cuba, como sede no ano de 2014.

Estas alianças, também chamadas de “ações coletivas”, ou coalizões, foram se tornando mais recorrentes nas últimas décadas, e passaram a ocupar papel importante nas negociações multilaterais, em especial na OMC (Organização Mundial do Comércio). As coalizões se originam por diversas motivações dos Estados envolvidos, tais como a tentativa de alcançar interesses específicos, a manutenção ou alteração de seu *status* (reafirmação da supremacia), a prevenção de ações contrárias a seus interesses, entre outros.

⁵ Período denominado desta forma pelo próprio Governo de Cuba devido aos problemas de abastecimento sofridos pelo país, dado que a URSS era a responsável por este, e, pela queda do bloco soviético, o abastecimento estava sendo interrompido, deixando Cuba em escassez de recursos similar à que acontece em período de guerra;

⁶ A Lei *Torricelli*, originalmente chamada pelo governo americano de *Cuban Democracy Act*, foi implementada pelos EUA em 1º de Maio de 1992, sob a alegação de que o governo de Fidel Castro violava os direitos humanos e os preceitos democráticos. Devido a isso, o governo norte-americano deveria “auxiliar” em uma transição para a democracia. Esse “auxílio” se daria através da aplicação de sanções ao governo de Fidel Castro, dentre elas acabar com os auxílios remanescentes recebidos dos estados independentes da União Soviética, bem como de qualquer outro país, aplicando sanções àqueles que prestassem assistência a Cuba. Como a que determina que embarcações envolvidas no comércio de bens e serviços com Cuba só poderiam aportar nos EUA 180 dias após terem aportado em Cuba

⁷ A Lei *Helms-Burton*, inicialmente denominada de *Cuban Liberty and Democratic Solidarity Act (Libertad)*, teve por finalidade, assim como a anterior, impor sanções ao governo castrista para forçar uma transição democrática. Esta Lei foi promulgada em 1996, e aplicava, entre outras punições, a proibição de financiamento indireto a Cuba, retenção de ajuda externa, oposição da adesão de Cuba às instituições financeiras internacionais, e proibição da importação de alguns produtos cubanos, reforçando o embargo imposto desde 1962 (iniciado quando do alinhamento de Cuba à URSS)

Uma das formas que estes países buscam atenuar, ou mesmo prevenir danos, é se agrupando a fim de exercer um peso externo. Ou seja, os países “fracos”⁸ devem juntos, exercer um peso da magnitude de países mais poderosos para que imprimam “respeito” frente a outros atores externos, o que contribui com a legitimidade da coalizão. Sendo assim, há a necessidade de haver um número grande de países para avançar a própria posição na balança de negociações, aumentando a possibilidade de se obter consenso em relação a uma proposta específica a fim de gerar influência, dado que uma quantidade reduzida de países com pouco poder relativo não “intimida” da forma como um número grande o faria. Desta forma, depreende-se então que seria “racional” que os países envolvidos em coalizões agrupassem um número grande de membros para apoiar sua proposta.

O Brasil, assim como Cuba, em geral se torna membro das chamadas “Coalizões Sul-Sul”, que são resultados dos esforços de “Cooperação Sul-Sul”, dentre elas as alianças supracitadas. Estes esforços de cooperação têm por objetivo o desenvolvimento conjunto de países emergentes em resposta a desafios comuns (PNUD, s.d.). De forma igualmente relevante acerca da necessidade de formar coalizões Sul-Sul, está o fato de que nestas negociações, por vezes, os países emergentes devem votar contra benefícios de potências, ou mesmo a favor de seus interesses (em algumas vezes contrários aos dos países desenvolvidos), e sendo dependentes de artigos fornecidos por outros países com maior poder relativo, eles podem receber sanções, como, por exemplo, a interrupção de abastecimento de produtos essenciais. Caso eles sejam aliados de países com necessidades em comum, as nações emergentes, indiretamente, não votariam contra seus aliados, dado que, em geral, estes procuram os mesmos benefícios, e por vezes são igualmente dependentes uns dos outros, não tendo autonomia a ponto de fazerem retaliações aos demais, visto que precisam destes aliados; seja por complementação técnica e econômica, ou por necessitarem destes em suas alianças, como na já mencionada necessidade de exercer peso externo (político).

Com relação a esta integração, torna-se importante o pronunciamento do atual presidente dos EUA, Barack Hussein Obama, II, em 17 de dezembro de 2014, no qual foi feito o anúncio de uma aproximação dos EUA com Cuba⁹. De acordo com o presidente, o embargo comercial

⁸ No que segue, termos como “países em desenvolvimento”, “mais fracos”, “periféricos” ou “menores” serão utilizados como sinônimos, apenas para diferenciar a grande maioria de Estados que se localiza na base da hierarquia de poder e riqueza do sistema internacional, em oposição às chamadas grandes potências, ou ao núcleo de Estados que se localiza no topo daquela hierarquia;

⁹ Pronunciamento disponível em sua íntegra em THE WHITE HOUSE (2014);

e econômico não obteve sucesso na tarefa de “forçar” o governo cubano a adotar um regime democrático e, sendo assim, não seria racional continuar mantendo o mesmo posicionamento com relação a Cuba e esperar um novo resultado. Então, segundo discurso do presidente dos EUA, foi escolhido o caminho de possibilitar que seu povo tenha uma maior aproximação dos cidadãos cubanos para que estes possam progredir e tomar as rédeas de suas vidas, determinando, desta forma, o futuro cubano, fazendo a mudança que querem para seu país.

A partir dessa nova aproximação, o governo norte-americano declarou algumas medidas em prol de uma maior proximidade econômica e diplomática, com vistas a uma possível cooperação entre os dois países. Algumas das medidas e concessões adotadas pelo governo norte-americano são: o governo dos EUA e de Cuba trabalharão juntos acerca de assuntos de interesse das duas nações, tais como proteção ambiental, combate ao narcotráfico, tráfico de pessoas, dentre outras mazelas; não serão mais necessárias licenças para trânsito de mercadorias; e facilidade para norte-americanos concederem treinamento a empresas cubanas, dando apoio para o crescimento do setor privado cubano; dentre muitas outras concessões e medidas de cooperação que foram propostas (THE WHITE HOUSE, 2014).

Para alguns analistas, com um alargamento daquelas sanções ou mesmo a queda do referido embargo, Cuba possivelmente teria mais facilidade para se desenvolver, atrair investimentos e, devido às concessões relacionadas a comércio e investimento, o país poderia aumentar seu intercâmbio comercial com outros países, incluindo o Brasil, que se tornou um forte aliado na última década, e os demais países de sua região, a América Latina. Uma maior “aproximação” comercial e diplomática poderia se tornar benéfica para o Brasil, dado que este último poderia incrementar sua balança comercial com aquele país, haja vista que é um grande exportador de variados artigos, dentre estes, produtos essenciais, como gêneros alimentícios. Isso além de ampliar a relação diplomática entre os dois no que concerne a ganhos técnicos. Desta forma, o Brasil teria um “retorno” a mais, decorrente dos esforços de cooperação que tem feito desde 2003. Ou mesmo fortalecer sua região, a América Latina.

Com relação ao Brasil, um dos importantes acontecimentos históricos das relações brasileiras com Cuba, foi o rompimento das relações diplomáticas com aquele país, no início do Período Militar, em 1964, devido a questões políticas. A retomada dos laços diplomáticos ocorreria em 14 de Junho de 1986, durante o governo do ex-presidente José Sarney (MRE, 2010). Quando

Luiz Inácio Lula da Silva entra no poder, em 2003, sua “afeição” pelo governo Castrista¹⁰ e o interesse nas relações econômicas e diplomáticas com Cuba, cada vez mais maciços, se fazem presentes, ficando evidentes através de diversos instrumentos, ao mesmo tempo em que se amplia o volume do comércio bilateral, o que teve continuidade no primeiro governo da presidenta Dilma Rousseff.

Segundo o Banco Central do Brasil, até 2002, não havia ocorrido investimento direto entre os dois países¹¹, o que se pode atribuir, em parte, ao supracitado embargo comercial norte-americano. Essa situação entre as duas nações, porém, como comentado, se alteraria a partir de 2003. Além de diversos acordos (firmados através de Atos Internacionais), o Brasil concedeu alguns financiamentos e realizou importantes investimentos no país Caribenho, estreitando cada vez mais suas relações diplomáticas nos anos seguintes, como se verá à frente.

Após essa breve apreciação sobre a atual conjuntura dos dois países, e sobre o sucinto panorama histórico daquela relação, a seção seguinte buscará apresentar traços das relações diplomáticas entre os dois países, bem como as características dos Atos firmados entre os dois, e as trocas financeiras e técnicas (decorrentes dos Atos) ocorridas entre os dois países de 2003 a 2013.

3. PANORAMA DESCRITIVO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS, TÉCNICAS E FINANCEIRAS ENTRE BRASIL E CUBA

O Brasil, desde 2003, vem mantendo uma relação diplomática ativa com Cuba, materializada em diversos Atos Internacionais que intensificam a parceria. A seguir, será feita uma breve descrição das principais características dos Atos Internacionais firmados entre Brasil e Cuba no período de 2003 a 2013, e após, uma apresentação das trocas técnicas e financeiras entre os dois países.

¹⁰ Expressa abertamente, por exemplo, em discurso proferido em 18/12/2008, em almoço ao então presidente da República de Cuba, Raúl Castro; disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/970755615287-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio/?searchterm=cuba>; acesso em setembro/2014;

¹¹ Informação disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/aduana/IDE/IDEBrasilCuba/recpeloBra.htm>; acesso em setembro/2014;

3.1. ATOS INTERNACIONAIS¹²

Os Atos Internacionais firmados entre Brasil e Cuba desde 2003 foram numerosos, em sua maioria assinados nos governos Lula I e II (2003-2006; 2007-2010), tendo continuidade no primeiro governo de Dilma Rousseff (2011-2014).

Por terem sido firmados diversos Atos, justamente devido à intensificação da relação entre os dois países, estes não serão expostos em sua totalidade. Sendo assim, nesta seção serão citadas somente as principais características, no caso, aquilo que foi mais recorrente nos textos dos Atos firmados entre os dois países de 2003 a 2013. Além das características, também serão mencionados alguns daqueles Atos, mais especificamente, os que tiverem maior relevância no que concerne ao objetivo deste trabalho.

Os Atos, em sua maioria, consistiam em ajustes complementares ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, celebrado em 18 de março de 1987, mas voltando-se para diversas áreas e, em sua maioria, estando vigentes no período da elaboração deste artigo, com exceção de poucos que se encontram ainda em tramitação. Uma das características destes Atos é que apesar de alguns deles serem claramente de interesse para as duas nações, como consta em seus textos, tal como os relacionados à área de mineração, em grande parte deles, aparentemente, o interesse é especialmente cubano, dado que em sua maioria o Brasil deveria prestar auxílio a Cuba, mas sem muita reciprocidade. No caso dos Atos que beneficiam o Brasil, a contrapartida é mais “política” do que técnica (com exceção daqueles relacionados a medicamentos) dado que o Brasil exerceria o papel de controle nestes acordos. Pode ser citado como exemplo, aquele no qual se deve realizar uma alteração na legislação cubana, tomando por base a legislação brasileira no que concerne aos limites permissíveis de metais pesados na agricultura, que foi firmado em 2010. Ou seja, Cuba deveria se adequar aos padrões brasileiros. E outro, firmado em 2004, que objetivava o fortalecimento da economia cubana¹³. Neste o Brasil seria o responsável por avaliar o desenvolvimento do projeto através de relatórios.

A questão é que apesar de o Brasil também se beneficiar da ajuda cubana, diz-se que a cooperação era mais “intensa” pelo lado brasileiro, devido a forma como os auxílios se davam.

¹² A descrição dos Atos que se segue está baseada em informações do Sistema de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, disponível em http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil;

¹³ Através deste, o Brasil forneceria assistência, assessoria técnica e formação aos *Sadel* (Subgrupo de Apoio ao Desenvolvimento Econômico Local) e às instituições econômicas locais, objetivando a identificação de áreas potenciais de províncias cubanas para, por fim, auxiliar na gestão do desenvolvimento econômico local (doravante, DEL).

Isto fica ilustrado pelo fato de que em alguns dos Atos, se estabelece que o governo brasileiro deveria garantir as contribuições financeiras, e o cubano os desembolsos financeiros; ou seja, caberia ao Brasil arcar com os custos do projeto, enquanto o governo cubano realizaria o pagamento propriamente dito, apenas aplicando a verba brasileira aos projetos, não fornecendo aporte financeiro, tal como em acordo firmado em 2006, através do qual deveria ser inserido, em um ambiente *web*, o Mapa Geológico Digital de Cuba, para que seu território pudesse ser analisado pela tecnologia Sig (Sistema de Informação Geográfica), o que contribuiria para sua exploração.

Em geral, os auxílios prestados àquela nação se dariam através de transferências de metodologias, de técnicas avançadas, de tecnologias e do desenvolvimento de projetos e pesquisas técnico-científicas, visando aumentar as capacidades técnicas de Cuba. Essas transferências se dariam por meio do envio de consultores e técnicos que ficariam encarregados de realizar treinamento em capacitação de profissionais cubanos, com objetivo de incrementar as potencialidades daquele país, sua produção, ou ainda, buscando a produção conjunta de produtos, que beneficiariam ambos os países. No caso do Brasil, ele se beneficiaria da ajuda cubana, como por um projeto de produção conjunta de medicamentos, de acordo com um Ato firmado em 2010, que atenderia a deficiência brasileira na produção de produtos biotecnológicos, medicamentos para o câncer, vacinas, fármacos produzidos por modernas biotecnologias, dentre outros.

Em geral os Atos se realizaram através de parcerias entre instituições dos dois países. Houve acordos entre o Banco Central de Cuba e o BACEN (Banco Central do Brasil); entre a Agência Nacional de águas (ANA) como instituição responsável pela execução das atividades em conjunto com o Instituto Nacional de Recursos Hidráulicos (INRH), em 2005; dentre outras instituições. E alguns deles visavam o fortalecimento destas entidades dos dois países, como quando do acordo que objetivava o fortalecimento do Ministério da Saúde do Brasil e do Ministério da Saúde Pública de Cuba, firmado em 2008.

Além de expor as características mais recorrentes, é interessante ainda, apresentar aqueles Atos principais, e que são relevantes para o escopo deste trabalho.

O primeiro que merece menção é aquele sobre o reconhecimento de títulos de medicina expedidos em Cuba, firmado em 15 de Setembro de 2006 o único ainda em tramitação (até a data da consulta à fonte), e que posteriormente possibilitaria a vinda e o exercício profissional e médicos cubanos no Brasil para o Programa “Mais Médicos”, executado durante o primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff.

No ano de 2008, foi celebrado um Ato que consistia em um Comunicado Conjunto de Cooperação Técnica para a produção de soja (em Cuba), que tinha em vista a revitalização da agricultura do país.

Em 2011, foi estabelecido um Ato que se relacionava com o programa “Mais Alimentos” (ver à frente) para Cuba. O objetivo do projeto seria transferir conhecimentos acerca de desenvolvimento agrícola para Cuba, por meio de capacitação técnica, visando incrementar sua produção de arroz, grãos, carne e leite das cooperativas campesinas cubanas.

No ano de 2012 foi firmado um Ato que consiste de um Memorando de Entendimento assinado entre o MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) e o *Ministerio do Comercio Externo e do Investimento Estrangeiro* da República de Cuba. Pelo mesmo, os dois Ministérios firmam a criação de uma base de cooperação sustentável bilateral. Pelo Memorando, são estabelecidos compromissos recíprocos, orientados para atingir certos objetivos, através do qual Cuba deveria entregar ao Brasil um projeto de Agenda Bilateral que contivesse linhas gerais para o fortalecimento das relações econômicas em áreas estratégica de ambos os países; e ficaria a cargo do Brasil fazer a mesma avaliação e encaminhar suas considerações a Cuba. Ou seja, trata-se de um Ato para desenvolver uma agenda bilateral de fortalecimento de relações econômicas.

Portanto, pode-se observar que os principais Atos Internacionais celebrados entre Brasil e Cuba no período de 2003 a 2013 foram voltados para a área de **agricultura**, visando o controle de pragas agrícolas (combate de vírus plantações de tomate) e o auxílio técnico para produção de grãos (principalmente soja, a partir de 2008, e milho em 2010), e, menos recorrentemente, a criação de gado. Outro assunto que foi um dos principais temas dos Atos bilaterais firmados entre os dois países foi a **saúde**, tendo como foco, majoritariamente, medicamentos, mas tendo sido estabelecidos acordos voltados para AIDS, câncer, e odontologia também; e, finalmente, a **vigilância sanitária** (com ênfase nos medicamentos e na agricultura), que também foi responsável pela celebração de diversos Atos.

A seguir serão apresentadas as trocas técnicas entre Brasil e Cuba, como o envio de pesquisadores e consultores; e trocas financeiras, tais como financiamentos e envio de créditos.

3.2. TROCAS FINANCEIRAS E TÉCNICAS

Os Atos acima mencionados implicaram em uma série de negociações financeiras e trocas de tecnologias entre Brasil e Cuba. Este último enfrenta, em particular, uma grande dificuldade para receber investimentos de possíveis parceiros.

O Brasil tornou-se um importante parceiro de Cuba, como visto, a partir de 2003, e frequentemente esforça-se para prestar ajuda financeira ao país. Através do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), foram realizados alguns financiamentos brasileiros em Cuba para construções e projetos no período em questão, ou mesmo antes, através de doações, financiando obras cubanas em conjunto com empresas brasileiras, ou prestando apoio técnico e institucional.

De relativa importância, neste contexto, foi o acordo de remessa de aproximadamente US\$ 683 milhões a Cuba para a ampliação e modernização do Porto de Mariel, montante este que representa 80,0% do valor necessário para a totalidade da obra, financiando pelo BNDES, e executado por empresas brasileiras (PORTAL BRASIL, 2012). Em torno de 400 empresas brasileiras forneceram equipamentos, segundo a presidenta Dilma Rousseff, dentre elas a Odebrecht (PORTAL BRASIL, 2014).

Além do Porto de Mariel, cinco aeroportos cubanos também são objeto de apoio financeiro e operacional brasileiro. Em 06 de maio de 2013, foi assinado um Memorando de Entendimento referente a um empréstimo de US\$ 176 milhões para a modernização dos aeroportos de Havana, Santa Clara (centro), Holguín (oriente), Cayo Coco (na costa norte) e Cayo Largo (costa sul) (MDIC, 2013). Vale notar que, pelo Memorando, o empréstimo não seria pago diretamente ao governo cubano, e sim aos fornecedores dos bens e serviços brasileiros. Os dois países possuem ainda um acordo sobre serviços aéreos, em tramitação desde o início de 2012.

O Brasil, além de prestar ajuda técnica para a produção de alimentos em Cuba por intermédio de profissionais brasileiros e do treinamento de pesquisadores cubanos, bem como transferência direta de técnicas, assinou um Memorando de Entendimento em 30 de agosto de 2012 para a concessão de um empréstimo no valor de US\$ 200 milhões para que fosse implantado

o programa “Mais Alimentos”¹⁴ em Cuba. Este programa visa a garantia da segurança alimentar cubana, e seus recursos seriam usados para financiar a exportação de máquinas e equipamentos agrícolas brasileiros (MDIC, 2012).

O foco do “Mais Alimentos” em Cuba seria a criação de gado para leite e corte, e a produção de grãos (milho, arroz, feijão, soja e sorgo)(PORTAL BRASIL, 2011), que são alguns dos principais produtos importados do Brasil por Cuba atualmente (ver a frente).

Desde 2005, o governo brasileiro oferece ao governo cubano um crédito para compra de alimentos. Esta “oferta”, que auxilia também, conseqüentemente, as exportações brasileiras para Cuba, se dá através da Câmara Brasileira de Comércio Exterior (Camex).

Mais geralmente, o Brasil, através do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), projeto do Governo Federal que tem por meta promover a exportação de bens e serviços brasileiros, fornece linhas de crédito através do Banco do Brasil, com a intenção de proporcionar condições equivalentes às do mercado internacional. O PROEX possui dois tipos de amparo à exportação: o PROEX Financiamento¹⁵ e o PROEX Equalização¹⁶. Entre 2010 e 2013, os países que mais receberam emissões do PROEX Equalização foram EUA, Angola, Cuba e Peru, tendo recebido, juntos, mais de 50,0% de total das exportações financiadas (MILITÃO, 2014).

Com relação à indústria de fármacos, foi assinado um Termo de Compromisso para a criação de uma empresa mista, formada pela *BioCubaFarma (Grupo de las Industrias Biotecnológica y Farmacéutica)*, e pela Odebrecht, que se utilizará tanto da capacidade tecnológica cubana, quanto da brasileira, visando a constituição de uma planta produtiva de biofármacos

¹⁴ O programa “Mais Alimentos” foi concebido inicialmente apenas em âmbito nacional, implantado no Brasil em 2008, e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O programa consistia em uma linha de financiamento para a agricultura familiar, com o objetivo de promover a modernização produtiva das unidades de agricultura familiar brasileiras. Ao perceber que o projeto havia obtido sucesso internamente, o governo o utilizou como forma de ampliar a cooperação com outros países. Os primeiros a se beneficiarem externamente foram países do continente africano, e Cuba foi o primeiro país fora da África a solicitar este tipo de cooperação.

¹⁵ O PROEX financiamento tem o propósito de fomentar exportações brasileiras de empresas com faturamento bruto anual de até R\$ 600 milhões, com prazo máximo de 10 (dez) anos de pagamento, e parcela de financiamento variando de acordo com o tempo de financiamento. É feito diretamente ao exportador brasileiro ou ao importador;

¹⁶ O PROEX Equalização pode ser contratado por empresas de qualquer porte. Nesta modalidade, o programa assume parte dos encargos financeiros para torná-los equivalentes aos do mercado internacional. A equalização pode ser concedida ao importador para pagamento à vista ao exportador brasileiro, e nos refinanciamentos concedidos ao exportador. O percentual da equalização pode chegar até 100% do valor da exportação, e com prazo máximo de 15 (quinze) anos;

na Zona Especial de Desenvolvimento de Mariel (ZEDM)¹⁷, que terá como foco a produção de remédios para testes clínicos. Cuba contribuirá majoritariamente com a parte técnica, enquanto a Odebrecht será responsável pelo desenvolvimento da infraestrutura, além de pleitear o acesso dos produtos ao mercado brasileiro¹⁸.

Assim, como se pode notar, os Atos Internacionais celebrados a partir de 2003 entre Brasil e Cuba tiveram, como uma de suas principais contrapartidas, o aumento no volume de financiamentos de projetos e a transferência de técnicas e tecnologias, seja diretamente, seja pelo deslocamento de profissionais entre os países para a qualificação de suas respectivas mãos de obra em áreas específicas. Pode-se citar, como exemplo deste tipo de intercâmbio de profissionais, além daqueles vinculados diretamente aos Ministérios envolvidos nos projetos, instituições como a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), para programas relacionados à área de agropecuária, com diversos projetos em parceria cubana.

Na seção a seguir será apresentado o intercâmbio comercial entre Brasil e Cuba (exportações e importações), acerca do caráter daquela relação comercial, bem como da evolução do intercâmbio entre os dois países no período de 2003 e 2013.

4. RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E CUBA DE 2003 A 2013

4.1. PANORAMA GERAL¹⁹

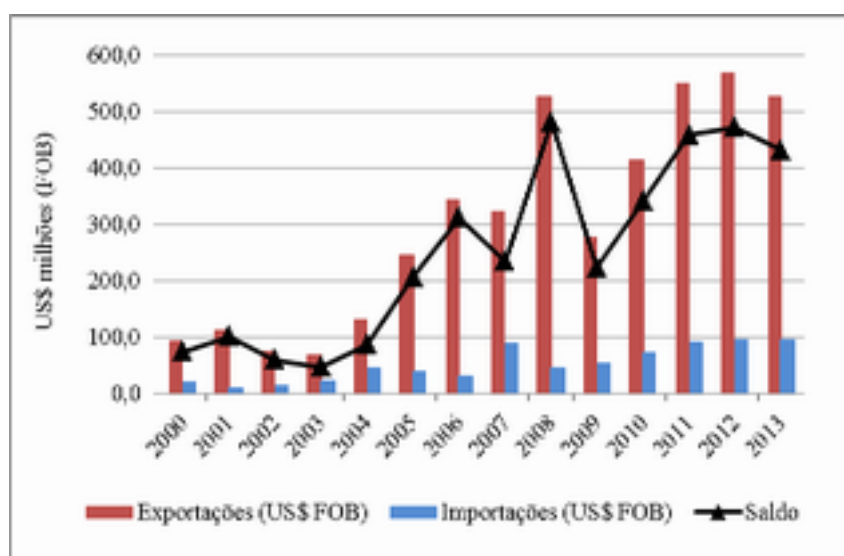
Desde que a relação diplomática e econômica entre Brasil e Cuba se intensificou (a partir de 2003), o intercâmbio comercial entre os dois países aumentou de forma considerável, e com uma balança comercial favorável para o Brasil, com o volume de exportações (em valores) do Brasil para Cuba muito superior ao de importações de Cuba do Brasil, e que eleva seus patamares a partir de 2011, como se pode ver no gráfico abaixo.

¹⁷ A Zona Especial de Desenvolvimento de Mariel tem por objetivo o aumento das exportações, a promoção da substituição de importações, o incremento da transferência de tecnologia e de conhecimentos para o território cubano, a geração de empregos, e também o desenvolvimento da infraestrutura do país. Permitirá, ainda, que empresas estrangeiras (incluindo as brasileiras) tenham incentivos legais, tributários e fiscais para produzir em território cubano, inclusive medicamentos. As obras desta planta produtiva foram iniciadas em 2008, sendo realizadas pela Odebrecht, e contando com financiamento do BNDES;

¹⁸ Embora este Termo de Compromisso não conste nas informações oficiais do Itamaraty, como comentado anteriormente; isso pode ser explicado por uma defasagem no período de atualização das informações disponibilizadas por aquele órgão;

¹⁹ A análise que segue foi baseada em dados obtidos em MAPA 2009 e MAPA 2012;

GRÁFICO 1: EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E SALDO COMERCIAL BRASIL X CUBA: 2000 A 2013



Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos em MAPA 2009 e MAPA 2012;

Nestas relações comerciais, o Brasil exporta, de forma majoritária (ver a frente), carnes, grãos e cereais (bem como seus derivados), e máquinas e reatores; e importa, especialmente, artigos de saúde (como glândulas e outros órgãos dessecados). O que desperta atenção naquelas relações é que algumas das principais provisões exportadas do Brasil para Cuba nestes dez anos (2003 a 2013) são justamente aquelas para as quais o Brasil tem prestado assistência para incrementar a produção cubana. Correspondente a isso, podem ser citados como exemplo os acordos de cooperação nos quais o Brasil presta ajuda técnica e financeira para que Cuba passe a produzir soja e milho.

No ano de 2011, três anos após ser estabelecido o Comunicado conjunto para cooperação técnica para produção de soja, as mercadorias associadas ao “Complexo soja” já eram as principais na pauta de exportações do Brasil para Cuba. O Brasil continuou prestando ajuda à produção de soja por meio de acordos constituídos ainda em 2008, 2010 e 2012, em parte devido ao projeto *Cubasoy*²⁰, iniciado em 2006, com a capacitação de técnicos cubanos na Embrapa. Salienta-se ainda que este tipo de artigo foi se tornando extremamente expressivo ao longo do período pesquisado, passando de 18,0% em 2004, para 23,0% em 2007, e chegando a ser responsável por 59,0% das exportações de produtos agrícolas do Brasil para Cuba, como se verá a frente.

²⁰ O projeto envolvia prevenção e controle de doenças que atacam as sementes de soja, com o manejo integrado de pragas e a prevenção e controle de danos causados por parasitas, que são problemas potenciais com forte impacto econômico para a cultura da soja;

O mesmo ocorre com relação ao milho. O Ajuste Complementar de um Acordo para produção de milho foi assinado em 2010. O milho era inexpressivo na pauta de exportações do Brasil para Cuba, e a partir de 2011 se tornou responsável por 11,6% da quantidade total de produtos agrícolas exportados, surgindo com destaque na pauta desde o ano anterior.

Em 2004, o produto mais exportado para Cuba dentre os agrícolas era a carne, chegando a aproximadamente 69,0% da pauta de exportações de agrícolas, enquanto os menos expressivos eram os lácteos, o café, e a soja e os demais produtos ocupavam uma fatia relativamente pequena. No ano de 2007, a carne, que ocupava a maior parte das exportações, foi reduzida a aproximadamente 23,0%, sendo reduzida a 15,0% das exportações em 2012. Foi compensada já em 2007 por um aumento expressivo do café e dos demais produtos, que passaram a representar, juntos, quase metade do total das exportações. O café chegou a representar 15,0% das exportações. Os cereais, farinhas e preparações se mantiveram com uma pequena fatia.

No ano de 2011, ocorreu mais uma mudança radical nas exportações de agrícolas, com a carne perdendo ainda mais espaço, as exportações de café, que haviam crescido, se reduzindo a um terço com relação a 2007, e o Complexo Soja passando ao principal item exportado, sendo o responsável por 59,0% das exportações de produtos agrícolas.

Em 2012, quando foi assinado o Memorando concedendo R\$ 200 milhões a Cuba através do programa “Mais Alimentos”, um dos principais produtos importados por Cuba advindos do Brasil eram os cereais. Estes haviam se expandido, chegando a equivaler 18% do envio de produtos agrícolas para Cuba; e são precisamente estes os produtos que Cuba pretende produzir com o financiamento, como visto anteriormente. No ano anterior, 2011, mesmo com uma exportação crescente, o Brasil havia firmado o Ajuste Complementar ao Acordo para implementação do projeto de capacitação e transferência de metodologias e tecnologias para o programa “Mais Alimentos” para Cuba, ou seja, concessão de apoio técnico e financeiro à produção de cereais.

Em paralelo a isto, houve um crescimento da importância relativa das exportações brasileiras de produtos agrícolas para Cuba. Entre os anos de 2007 e 2011, a participação de produtos brasileiros no mercado cubano de importações passou de 5,5% do mercado cubano, para 8,9% daquele mercado. Mas, apesar de estes itens, como um todo, não terem tido um grande acréscimo na participação total do Brasil naquele mercado, houve um significativo aumento na presença de produtos agrícolas brasileiros nas importações cubanas, que, em 2007, ocupavam 13,3% do mercado cubano, em 2011 passaram a ocupar 26,9% daquele mercado, tendo dobrado,

assim, aquela participação.

Alguns produtos agrícolas brasileiros, em especial, denotam uma “dependência” de Cuba com relação às importações do Brasil por ocuparem uma grande parcela do mercado cubano de importações²¹, como o “Óleo de soja, em bruto, mesmo degomado”, que em 2007 abarcava 83,7% das importações cubanas do produto, e em 2011 o Brasil foi o responsável por 100% daquelas importações, sendo o único fornecedor. Nesta análise, se sobressai igualmente o “Arroz semibranqueado ou branqueado, mesmo polido e brunido (glaceado)”, que antes não era representativo como produto de exportação do Brasil para Cuba e passou a ocupar quase a totalidade do mercado de importações cubanas, com 98,1% daquele mercado.

Em termos de importações brasileiras, o principal produto agrícola importado pelo Brasil de Cuba são os charutos e cigarrilhas, mas estes, em 2007, equivaliam a apenas US\$ 1.334 mil, com sete toneladas compradas, e, em 2011, US\$ 1.098 mil, com seis toneladas adquiridas. Estes valores, em comparação com os produtos não-agrícolas é pouco significativo. Os principais produtos não agrícolas importados pelo Brasil de Cuba, como será visto à frente, são os “Extratos de glândulas e outros órgãos para uso opoterápico”²², que em 2007 representavam US\$ 49.840 mil, com 13 toneladas, e, em 2011, equivaliam a US\$ 56.800 mil, com 14 toneladas importadas, o que indica a baixa relevância dos produtos agrícolas na pauta de importações do Brasil de Cuba.

Após esta apreciação geral do padrão recente do comércio internacional entre Brasil e Cuba, a seção seguinte apresentará informações detalhadas daquele comércio para o período considerado neste trabalho, ou seja, entre 2003 e 2013.

4.2 AS RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL X CUBA: 2003 A 2013

Para uma pesquisa mais profunda que atendesse todo o período de que trata esse trabalho, ou seja, de 2003 a 2013; optou-se por realizar um levantamento de dados do intercâmbio comercial pela plataforma AliceWeb (Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior), do MIDC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), no campo “Consultas”.

²¹ Os comentários a seguir estão baseados em informações de MAPA, 2009; e MAPA, 2012;

²² Segundo a definição do Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa, a opoterapia significa o “tratamento por meio de sucos ou extratos de glândulas ou de órgãos de animais, para remediar a insuficiência das glândulas ou órgãos correspondentes do homem”; <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=opoterapia>; acesso em outubro/ 2014;

A metodologia para a pesquisa seguiu os seguintes passos. Em primeiro lugar, foram tabuladas as informações sobre o comércio entre os dois países em nível de “Seções” para os anos de 2003 a 2013 através da base de dados “NCM (Nomenclatura Comum do MERCOSUL) 8 dígitos”. A partir destes resultados, foram observadas e selecionadas as “Seções” mais significativas no que diz respeito às exportações e importações do Brasil para/de Cuba. Na sequência, foi feito exercício semelhante para cada um dos “Capítulos” das “Seções” previamente escolhidas, ou seja, foram tabulados os dados de comércio para os “Capítulos” mais significativos no que diz respeito às exportações e importações do Brasil para/de Cuba, e que, ao mesmo tempo, representassem, em conjunto, uma parcela significativa do total exportado/importado ao longo do período. A partir disto, foram calculados os valores em percentual, e após, os resultados obtidos foram utilizados na elaboração das análises que serão feitas nos tópicos a seguir.

• ANÁLISE DAS EXPORTAÇÕES

Os produtos mais exportados em 2003 são diversos dos itens mais exportados em 2013. Em 2003, os “Veículos” eram os produtos mais exportados, sendo responsáveis por 18,7% das exportações brasileiras para Cuba, mas foram se tornando menos expressivos ano a ano, encerrando em 2013 como responsáveis por apenas 0,7% das exportações. Os outros itens que também foram expressivos no início do período foram as “Carnes”, representando 9,8% das exportações; os “Papéis”, responsáveis por 9,6%; e os “Reatores nucleares, caldeiras e máquinas”, com 8,2% da pauta em 2003.

Dentre as mercadorias mencionadas, com exceção das “Gorduras e óleos”, que passaram de 4,5% em 2003, chegando a 18,4%, em 2011, finalizando com 15,5% em 2013, todas as outras perderam representatividade.

Destacam-se também os “Cereais”, que em 2003 praticamente não faziam parte da pauta, e, em 2013, alcançaram os valores de 20,0%, se tornando os principais artigos da pauta naquele ano, superando os as “Gorduras, óleos e ceras”.

• ANÁLISE DAS IMPORTAÇÕES

A pauta de importações brasileiras de produtos cubanos foi bem concentrada no decorrer dos anos considerados. As variações mais evidentes ocorreram em relação ao “Níquel e suas obras”,

que, em 2003, abarcavam 39,0% das importações, aumentando para aproximadamente 61,0% nos dois anos seguintes (2004 e 2005), e saindo da pauta de importações a partir de 2007. O que ocorreu, de forma similar, aos “Combustíveis minerais”, responsáveis por 25,7% da pauta em 2003, com participação reduzida para 17,4% no ano seguinte, saindo da pauta a seguir, retornando com 22,1% das importações em 2007, e deixando de ter participação, novamente, em 2008.

As importações de “Sal, enxofre, terras e pedras; gesso, cal e cimento” também se diferenciam das demais, visto que, em 2003, correspondiam a 28,3% das importações brasileiras, oscilaram nos anos seguintes, reduzindo gradativamente sua magnitude até 2008, quando voltam a se destacar, sendo responsáveis por 23,4% das importações em 2009, e novamente caindo após aquele ano. Em 2013, aqueles produtos passam a representar apenas 1,5% das importações brasileiras de Cuba.

Atualmente, o Brasil importa de Cuba apenas “Produtos farmacêuticos”, que são responsáveis praticamente pela totalidade das importações, chegando a 96,5% destas em 2013. No entanto, em 2003, estes produtos representavam apenas 0,3% da pauta, alcançando patamares altos a partir de 2006, quando chegaram a 70,6%, e continuando a aumentar nos anos posteriores. Em detrimento do crescimento das importações de produtos farmacêuticos, os combustíveis e o níquel, que ocupavam parcela significativa das importações, passaram a ser quase insignificantes na pauta, o que ocorre posteriormente com os outros produtos.

Dado que o Capítulo 30 corresponde aos “Produtos farmacêuticos”, e é responsável por quase a totalidade das importações brasileiras de Cuba em 2013, a fim de identificar que tipo de artigo específico é o maior responsável pelas importações, decidiu-se desagregar o “Capítulo” em “Posições”, chegando ao resultado de que o Brasil importa, atualmente, basicamente aqueles que correspondem à posição 30.01, que são: “Glândulas e outros órgãos para usos opoterápicos, dessecados, mesmo em pó; extratos de glândulas ou de outros órgãos ou das suas secreções, para usos opoterápicos; heparina e seus sais; outras substâncias humanas ou animais preparadas para fins terapêuticos ou profiláticos”. Este artigo passou de 13,0% da parcela dos “Produtos Farmacêuticos” em 2005 (nos anos anteriores ele correspondia a apenas 1,0%) para 56,5% no ano seguinte, e

chegando a 91,5% em 2013²³.

Após, assim, ter observado as principais relações diplomáticas, técnicas, financeiras e comerciais entre Brasil e Cuba entre os anos de 2003 a 2013, a seção seguinte buscará expor uma análise sumária da relação entre Brasil e Cuba de acordo com os Atos bilaterais firmados, as trocas técnicas e financeiras, o intercâmbio comercial o que foi exposto nas seções anteriores. Tendo por objetivo final contribuir para uma análise da importância desta relação para a integração entre os países da América Latina.

CONCLUSÕES GERAIS:

Esta seção tem o objetivo de fazer um exercício analítico (especulativo, e não demonstrativo) das relações diplomáticas e comerciais entre Brasil e Cuba e sua evolução a partir de 2003. Como visto anteriormente, com a queda do bloco soviético e a consequente perda do apoio fornecido pela URSS, Cuba teve sua segurança alimentar ameaçada, e, devido a isso, sua necessidade de buscar aliados e firmar parcerias aumentaram. Neste contexto, depreende-se que, dada a necessidade cubana, a aproximação ao país por parte brasileira foi facilitada, bem como o caráter crescente daquela relação.

O aprofundamento destes vínculos se deu através do crescimento do intercâmbio comercial, que teve também seu caráter alterado ao longo do período trabalhado (de 2003 a 2013); da concessão de trocas técnicas e financeiras; e do aumento do volume de Atos Bilaterais estabelecidos no período em questão.

A partir da observação das temáticas mais recorrentes dos Atos apresentados na terceira seção, pode-se sugerir que estes versavam, em sua maioria, sobre áreas nas quais os dois países possuem potencialidades, sendo, mais especificamente, Cuba no segmento de saúde e medicamentos, e o Brasil nas áreas de agricultura e pecuária. Depreende-se, portanto, a partir deste “panorama”, que possivelmente o Brasil estaria com interesses “estratégicos” econômicos em Cuba, pela possibilidade de exportar cereais (principalmente soja); e importar “médicos” e

²³ O Capítulo 30 é dividido em 6 (seis) posições. A segunda posição, 30.02, que corresponde a “Sangue humano; sangue animal preparado para usos terapêuticos, profiláticos ou de diagnóstico; anti-soros, outras frações do sangue e produtos imunológicos, mesmo modificados ou obtidos por via biotecnológica; vacinas, toxinas, culturas de microrganismos (exceto leveduras) e produtos semelhantes”, foi a única dentre as demais posições que teve uma maior participação, mas ainda assim correspondendo a apenas 18,4% no ano de 2011. As outras posições não passaram de 0,1%, sendo quase irrelevantes na balança comercial durante todo o período;

artigos de saúde, por conta da relativa fraqueza de sua indústria farmacêutica. Pode-se pressupor igualmente que o Brasil teria interesses de aproveitar as potencialidades cubanas para extrair conhecimentos acerca de assuntos que não “domina”, e, em troca, auxiliar Cuba nas áreas em que possui deficiências técnicas, tais como a produção agrícola.

Outro aspecto relevante destas relações é o fato de que, nos acordos e nas trocas financeiras e técnicas, a maior parcela de contribuição é oriunda do Brasil. Nestas cooperações, o Brasil presta auxílio de forma técnica, e remete divisas a Cuba, incentivando a produção cubana até mesmo de produtos que fazem parte de sua pauta de exportação. Em alguns casos, o Brasil exige que as aquisições frutos destes aportes sejam feitas de empresas brasileiras, o que ocorre, por exemplo, com as linhas de crédito para a compra da soja concedidas através do programa “Mais Alimentos”. Este elemento, do ponto de vista estratégico, serviria assim para garantir sua parcela no mercado cubano e alavancar suas exportações.

Um ponto que se deve ter em mente quando da análise das ações brasileiras com relação a Cuba é o de que o mercado cubano talvez não tivesse sido tão “explorado” caso o país não estivesse sofrendo o embargo norte-americano. Com este embargo, a possibilidade de adentrar em um mercado “pouco” explorado, colocando-se como fornecedor de artigos essenciais, mostra-se favorável para o Brasil. O que parece denotar essa postura estratégica do país é a natureza de suas exportações para Cuba, dado que o Brasil exporta gêneros alimentícios, em alguns períodos sendo responsável por 98,0% do mercado cubano de arroz, por exemplo, e, com estas exportações, ao longo do tempo, se concentrando nestes artigos. Outra característica positiva para o Brasil desta relação é o fato de a balança comercial ter se mantido sempre favorável ao país, apresentando ainda um crescimento do volume de exportações (em valor) com o decorrer dos anos, e saltos nas exportações em dois períodos: 2004-2006, e 2011-2013. Ou seja, apesar de cooperar de forma desproporcional relativamente a Cuba, o Brasil vem obtendo ganhos desta relação comercial.

A ideia de uma postura estratégica do Brasil nestas relações comerciais foi apresentada, pois estas poderiam criar um tipo de “dependência alimentar” que influenciaria indiretamente a relação dos dois países de forma política. Ou seja, devido à necessidade de obtenção daqueles artigos, Cuba se proporia a prestar auxílio além de técnico, no âmbito das coalizões, por receio de sofrer algum tipo de alteração no fornecimento de artigos alimentares e, dada a iniciativa brasileira em integrar a região da América Latina, esta influência alteraria também a relação cubana com os demais países daquela região. Desta forma, tudo indica que a aproximação brasileira tem caráter igualmente

político.

Alguns destes interesses estariam implícitos, tal como um possível interesse geopolítico, levando em consideração a contribuição na construção do Porto de Mariel e a existência da ZEDM, por exemplo, que pode possibilitar futuramente a produção em território cubano, e a utilização do Porto, facilitando assim o escoamento da produção tanto brasileira quanto de outros aliados, incluindo os demais países da América Latina; o que poderia reduzir custos, aumentando a probabilidade de abarcar maior fatia do comércio em regiões próximas (ou que tenha escoamento facilitado a partir de lá), como os EUA e outras regiões da América Anglo-Saxônica ou do Caribe.

Além dos fatores comerciais e políticos, também parece estar em jogo componentes ideológicos, tal como o fortalecimento da ideia de Regionalismo na América Latina. Em outras palavras, o “interesse” brasileiro em Cuba pode estar ligado também a uma intenção de reafirmar a região como um ambiente menos dependente de áreas mais desenvolvidas, transformando-a em um espaço mais autônomo, que se sustentaria através da ajuda mútua dos países daquela região. No caso de Cuba, que sofre o supracitado embargo, poderia ser de grande interesse obter cooperação em sua própria região, visto que, além da necessidade, há também a questão ideológica, dado que um de seus maiores parceiros comerciais no que se refere às importações são os EUA, país criador e líder do embargo, o que, do ponto de vista ideológico e político, torna-se ameaçador. Parece provável que a dependência com relação a este país, em particular, seja visto como elemento “perigoso” para o governo cubano. Ao mesmo tempo, os laços históricos da região, especialmente relacionados ao passado comum de colonização, parecem apontar nessa direção.

A “necessidade” dos países em desenvolvimento de cooperar e formar coalizões devido às dificuldades de atuarem sozinhos no cenário internacional pelas disputas com as grandes potências. Se agrupar, tal como nas Coalizões Sul-Sul, seria um mecanismo político que países como o Brasil vêm adotando para aumentar seu poder de barganha, em uma espécie de estratégia exógeno-defensiva²⁴, com vistas a atenuar certos danos decorrentes de estratégias das grandes potências, ou, ainda, de resultados de negociações multilaterais malsucedidas, como na OMC, por exemplo.

²⁴ Nas estratégias exógeno-defensivas, os atores se unem em busca de um objetivo específico comum, em geral estratégico, como a tentativa de combater um problema compartilhado, focando em estratégias protecionistas. Geralmente, nestas estratégias os Estados apresentam em geral alto grau de interdependência econômica e tentam cooperar para se proteger de ameaças a partir de interesses internos semelhantes;

No que concerne à formação de coalizões, como dito, é mais interessante aos “países intermediários” se aliarem a países com poder relativo equivalente ou inferior aos seus (tal como alguns dos demais países daquela região, ou seja, da América Latina), visto que, no caso oposto, em uma parceria com países de maior poder relativo, não teriam “força” para impor seus próprios interesses. Desta forma, parece haver alguma lógica na aliança ou na aproximação do Brasil a países com características como as de Cuba, e os demais da América Latina.

Do ponto de vista estratégico, este tipo de atitude poderia gerar benefícios ao Brasil, dado que, prestando auxílio a Cuba, o país caribenho ficaria “devendo favores” ao Brasil, o que poderia ser usado por este último para obter benefícios de diversos tipos, tanto dentro de uma coalizão estabelecida com Cuba (incluindo a manutenção da coalizão com vistas a exercer peso externo, fortalecendo o grupo e aumentando, desta forma, as chances de seu sucesso), quanto em negociações bilaterais entre os dois países.

Sendo assim, a postura brasileira com relação a Cuba neste período (de 2003 a 2013) parece agregar interesses políticos, ideológicos e econômicos, inclusive com vistas a atenuar danos e obter benefícios, fortalecer laços e aumentar o poder de barganha em sua região, a América Latina e, de forma concomitante, se fortalecer externamente. Parece buscar ainda alguma complementaridade em suas economias via especialização, enquanto, ao mesmo tempo, reduzir os problemas da segurança alimentar cubana e obter tecnologia no que Cuba tem de “melhor” a oferecer e que parece faltar ao Brasil, ou seja, produtos e serviços na área de saúde.

Realizando uma análise mais especulativa, e não demonstrativa, como dito anteriormente, pode-se depreender que os auxílios brasileiros em conjunto com uma possível diminuição das sanções norte-americanas, no decorrer do tempo, poderiam fazer com que Cuba tivesse a chance de começar a se reestabelecer economicamente, ou mesmo politicamente, se tornando mais um dentre os países da América Latina, com possibilidade de se desenvolver fortalecendo sua própria região. Este fortalecimento poderia se dar tanto através de uma complementação econômica, quanto por meio da transferência de técnicas com os demais países da região, dado que Cuba é um país avançado nas áreas da saúde e da educação. Outro benefício oriundo dessa mudança de conjuntura é a possibilidade de Cuba se tornar um aliado menos dependente (no longo prazo), não necessitando somente da cooperação dos demais, mas passando a ser mais um colaborador na região. Desta forma, Cuba poderia passar a adotar uma posição menos passiva, tornando a cooperação com os países da América Latina mais ativa, o que poderia levar a um incremento naquela região, mesmo

que, porventura, fosse pequeno inicialmente.

BIBLIOGRAFIA:

BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. O Brasil e a Economia Internacional. Recuperação e Defesa da Autonomia Nacional. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2005.

BEZERRA, Gustavo Henrique Marques. Brasil-Cuba: relações político-diplomáticas no contexto da Guerra Fria (1959-1986). Brasília: FUNGAG, 2010. Disponível em <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0638.pdf>; acesso em agosto/2014.

MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Intercâmbio comercial do agronegócio: principais mercados de destino. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio. Brasília: MAPA/ACS, 2009. Disponível em <http://www.milkpoint.com.br/pdf/Interc%C3%A2mbioComercialdoAgroneg%C3%B3cio.pdf>; acesso em setembro/ 2014.

_____. Intercâmbio comercial do agronegócio: principais mercados de destino. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio. Brasília: MAPA/ACS, 2012. Disponível em http://cdn7.ruralcentro.com.br/intercambio_comercial_do_agronegocio+web.pdf; acesso em setembro/ 2014.

MDIC – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Brasil e Cuba assinam memorando de US\$ 200 milhões sobre segurança alimentar. 30/08/2012. Brasília: Assessoria de Comunicação Social do MDIC, 2012. Disponível em <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=1¬icia=11764>; acesso em setembro/2013.

_____. Pimentel assina empréstimo para modernização de aeroportos cubanos. 06/05/2013. Brasília: Assessoria de Comunicação Social do MDIC, 2013. Disponível em <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=1¬icia=12382>; acesso em agosto/2014.

MILITÃO, E. EUA, Angola e Cuba lideram lista do Proex. Congresso em Foco. 30/05/2014. Disponível em <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/eua-angola-e-cuba-lideram-lista-do-proex/>; acesso em outubro/2014.

MRE. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Cuba. Brasília, DF: 2010. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-politicos-e-relacoes-bilaterais/america-central/cuba/pdf>; acesso em setembro/2014.

ONUBR – Nações Unidas do Brasil. Arroz doado pelo Brasil chega a Cuba. 19/12/2012. Disponível em <http://www.onu.org.br/arroz-doado-pelo-brasil-chega-a-cuba>; acesso em setembro/2014.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Cooperação Sul-Sul*. Brasília, DF: s.d. Disponível em <http://www.pnud.org.br/cooperacaoSulSul.aspx>; acesso em novembro/2014.

PORTAL BRASIL. Brasil aprova investimentos para estimular metas de produção de alimentos em Cuba. 16/11/2011. Brasília, 2011. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/11/brasil-aprova-investimentos-para-estimular-metas-de-producao-de-alimentos-em-cuba>; acesso em outubro/2013.

_____. Apoio do Brasil à ampliação do Porto de Mariel destaca-se na visita de Dilma a Cuba. 27/01/2012. Brasília, DF, 2012. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/governo/2012/01/apoio-do-brasil-a-ampliacao-do-porto-de-mariel-destaca-se-na-visita-de-dilma-a-cuba>; acesso em outubro/2013.

_____. Dinheiro para obras no exterior sai do BNDES para empresas e não prejudica ações no País. 18/02/2014. Brasília, DF, 2014. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/02/dinheiro-para-obras-no-externo-saem-do-bndes-para-empresas-e-nao-prejudicam-acoes-no-pais-diz-dilma>; acesso em agosto/2014.

SANTORO, M. Cuba após a Guerra Fria: mudanças econômicas, nova agenda diplomática e o limitado diálogo com os EUA. Revista Brasileira de Política Internacional, 53 (1), pp. 130-140, 2010.

THE WHITE HOUSE. FACT SHEET: Charting a New Course on Cuba. 17/12/2014. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2014/12/17/fact-sheet-charting-new-course-cuba>; acesso em janeiro/2015.